

VIOLÊNCIA POLÍTICA NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E NA BAÍA DA ILHA GRANDE

POLITICAL VIOLENCE IN THE METROPOLITAN REGION OF RIO DE JANEIRO AND IN THE BAY OF ILHA GRANDE

André Rodrigues

 <https://orcid.org/0000-0001-8931-9285>

Correspondência: rodriguesandre@id.uff.br

Universidade Federal Fluminense, Departamento de Geografia e Políticas Públicas, Laboratório de Estudos sobre Política e Violência. Angra dos Reis, RJ/Brasil.

DOI: 10.12957/cdf.2025.89484

Recebido em: 30 jan. 2025 | **Aceito em:** 11 fev. 2025.

RESUMO

Esta pesquisa se baseia na coleta e análise de casos de violência política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e na Baía da Ilha Grande no período de janeiro de 2022 a junho de 2024. O objetivo central é formar uma base de dados consistente sobre casos de violência política nas regiões estudadas como forma de ampliar a compreensão científica sobre o problema e o debate público sobre o tema. A metodologia utilizada consiste na coleta de casos em jornais de grande circulação e na análise dos perfis das agressões e das vítimas, buscando compreender os vetores que estruturam a violência como aspecto inerente à política fluminense. Identificamos 189 casos de violência política, sendo 35% deles atentados contra a vida, ameaças de morte e execuções. Nosso estudo demonstra, assim, a grande contundência da violência na política estabelecendo um contexto no qual o poder de matar e o poder econômico estruturam poderes políticos locais, com grande participação de policiais e grupos armados nesses contextos.

Palavras-chave: violência política; poder de matar; milícias; política municipal.

ABSTRACT

This research is based on the collection and analysis of political violence cases in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro and Baía da Ilha Grande from January 2022 to June 2024. The main objective is to form a consistent database on cases of political violence in the regions studied as a way to expand scientific understanding of the problem and public debate on the subject. The methodology employed consists of gathering cases from widely circulated newspapers and analyzing the profiles of the attacks and victims, aiming to understand the drivers that structure violence as an inherent aspect of politics in the state of Rio de Janeiro. We identified 189 cases of political violence, 35% of which involved life-threatening attacks, death threats, and executions. Our study thus demonstrates the profound impact of violence in politics, establishing a context in which the power to kill and economic power structure local



political authorities, with significant involvement of police officers and armed groups in these contexts.

Keywords: political violence; power to kill; militias; municipal politics.

1 INTRODUÇÃO

Eliminação violenta de adversários políticos através de assassinatos por encomenda; conflitos violentos entre parlamentares e membros do executivo municipal no interior de uma casa legislativa na Baixada Fluminense, que resultou em uma pancadaria generalizada e culminou em um disparo de arma de fogo; ataques dos mais variados teores contra uma parlamentar negra e travesti, alguns deles proferidos por outros parlamentares; invasões violentas de aldeias indígenas, com participação, inclusive, de um prefeito; diversas formas de ameaças e intimidações; repressão policial violenta contra manifestações em espaços de favelas e periferias, com prisões arbitrárias e todo tipo de uso desmedido da força, até mesmo uma execução de um manifestante pela polícia, à luz do dia em uma das principais vias da capital do Rio de Janeiro; um candidato à uma prefeitura municipal fazendo atos de campanha e abordando eleitores com uma arma na cintura; um candidato a vereador, egresso da Polícia Militar do Rio de Janeiro, gravando vídeo de campanha com um colete à prova de balas e dizendo estar escoltado por um *caveirão* que aparece, ao fundo, no vídeo; um bar anexo à residência da família de um candidato a vereador metralhado por homens armados em um carro; parlamentares e candidatos aos poderes municipais pleiteando o direito ao porte de arma como ferramenta indispensável ao exercício de suas funções; uma militante atingida gravemente na cabeça com uma paulada quando havia saído de um ato de campanha; agressões diversas com conteúdo de ódio, como racismo, misoginia, homofobia, transfobia, gordofobia e fascismo. Cenas como essas estão presentes nos casos de violência política que monitoramos e coletamos em nossa pesquisa e expressam o caráter violento do cotidiano da política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e na Baía da Ilha Grande.

As permanências do mandonismo e do clientelismo (Carvalho, 1997), a articulação entre poderes políticos e grupos armados, os modos de entranhamento na vida política e social daquilo que Misse (2008) chamou de “acumulação social da violência” e que Machado da Silva (2004) nomeou de “sociabilidade violenta”, as expressões de masculinidades violentas como elemento central dos ódios à diferença, a atuação

arbitrária e violenta do Estado por meio de suas polícias, os interesses espúrios e especulativos de elites econômicas (locais e nacionais), são aspectos que atravessam os processos de violência política que aqui serão analisados. Um elemento de entrada para os argumentos que aqui serão apresentados, e que se articulam com o material empírico que analisamos, é a constatação de que a violência na política não é um elemento conjuntural ou episódico. Nossas relações sociais são violentas, como afirma Chauí (2017), e nossas instituições, mesmo aquelas que operam pelo arcabouço democrático, possuem estruturas fundamentalmente elitistas e violentas. Não se trata, portanto, de pensarmos como a violência atravessa o cotidiano da política como um elemento disruptivo, mas como as formas de exercício de poder são solidárias às formas de exercício violento da vida cotidiana e da vida política. É indispensável para nossa análise considerar as redes de cooperação e proximidade entre expressões da violência - desde o machismo, o racismo, a misoginia e a LGBTQIA+fobia, até a atuação de grupos criminosos armados - e os modos constituídos de exercício do poder político.

Realizamos, desde 2021, o monitoramento de casos de violência política no Rio de Janeiro. Iniciamos nosso trabalho com a análise e a coleta de casos de execuções de políticos na Baixada Fluminense. Em seguida, no ano de 2022, expandimos nosso escopo para a Baía da Ilha Grande, considerando também outras formas de violência contra atores políticos para além das execuções. No ciclo atual de nosso estudo, concluído em 2024, passamos a considerar não apenas a Baixada Fluminense, mas toda a Região Metropolitana, mantendo a Baía da Ilha Grande, fortemente marcada por conflitos de terra de longa duração, decorrentes da especulação imobiliária que remonta à abertura da rodovia Rio-Santos, no período da ditadura empresarial-militar (Feitosa e Silva, 2015; Rodrigues et al., 2024). Nesse processo desenvolvemos uma compreensão aprofundada dos modos pelos quais a violência armada e outras formas de violência atravessam o cotidiano da política fluminense. Nossos dados mostram uma conjuntura de recrudescimento do assédio e da brutalidade contra atores políticos. No caso da Baía da Ilha Grande, elites políticas locais atuam, há décadas, exercendo a apropriação privada violenta de terras e águas que, historicamente, constituem os modos de vida de caiçaras, quilombolas e indígenas (Feitosa e Silva, 2015). Essa é a base das formas de constituição das instituições políticas nos municípios da Baía da Ilha Grande, controladas por especuladores, grileiros, fazendeiros e grupos empresariais. Já na Região Metropolitana identificamos uma forte relação entre a atuação de grupos armados e os contextos

políticos locais, sobretudo em função da forte presença de milícias nas regiões da Zona Oeste e Norte da Capital (Alves, 2003; Manso, 2020; Soares, 2023).

Consideramos casos de violência política quaisquer agressões ou hostilidades cometidas contra atores políticos - ou seja, políticos profissionais, ativistas, lideranças comunitárias e de movimentos sociais, jornalistas que possuam trabalho investigativo e militante - por conta de suas atuações. Nossa pesquisa se baseia na coleta de notícias em veículos de grande circulação da mídia impressa. Utilizamos a ferramenta automatizada de busca *Central Clipping*, com uma série de descritores que identificam casos de violência política nos jornais O Globo, Extra, O Dia e Meia Hora. Depois de salvar as notícias encontradas pela ferramenta, é feita uma rodada manual de leitura das notícias e os casos são validados em reuniões semanais de equipe para, então, serem lançados em nossa base de dados.

2 METODOLOGIA

A principal ferramenta metodológica que utilizamos é a busca por notícias de casos de violência política em veículos de grande circulação. Essa busca é realizada, em uma primeira etapa, através de uma ferramenta automatizada de *clipping*, Knew-in, de notícias nos jornais O Globo, O Dia, Extra e Meia Hora, os de maior circulação no Rio de Janeiro. A coleta do material jornalístico obedece ao seguinte critério: são consultados sites e portais de notícia, além de acervos digitalizados de jornais. O recorte temporal considera apenas as notícias publicadas de 2024 e 2025, procurando levantar casos ocorridos nas regiões de interesse da pesquisa, ou seja, Região Metropolitana do Rio de Janeiro e a Baía da Ilha Grande. Por conta dos ciclos anteriores da pesquisa (Rodrigues et al., 2021, 2022, 2023 e 2024), possuímos já em nossa base dados de assassinatos políticos na Baixada Fluminense entre 2015 a junho de 2024 e para as demais regiões, já temos um levantamento no período que vai de 2022 a junho de 2024.

No quadro abaixo, apresentamos os descritores que são utilizados na ferramenta de buscas que são agrupados em três dimensões: a ação violenta, o perfil das vítimas e os locais de ocorrência:

ARTIGO | Violência Política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e na Baía da Ilha Grande

Quadro 1 - Palavras-chave utilizadas nas buscas por notícias jornalísticas de casos de violência política

Conjunto I - Ação	“tiro” OR “tiros” OR “morto” OR “morta” OR “homicídio” OR “execução” OR “executada” OR “executado” OR “atentado” OR “assassinato” OR “assassinado” OR “assassinada” OR “agressão” OR “agressões” OR “agressões físicas” OR “facada” OR “soco” OR “chute” OR “pontapé” OR “tapa” OR “perseguição” OR “sequestro” OR “ameaça” OR “extorsão” OR “chantagem” OR “injúria” OR “xingamento” OR “insulto” OR “ofensa” OR “racismo” OR “homofobia” OR “misoginia” OR “machismo” OR “manifestação” OR “protesto” OR “operação”;
AND	
Conjunto II - Perfil	“candidato” OR “candidata” OR “vereador” OR “vereadora” OR “prefeito” OR “prefeita” OR “deputado” OR “deputada” OR “senador” OR “senadora” OR “político” OR “política” OR “gestor” OR “assessor” OR “assessora” OR “cabo eleitoral” OR “ativista” OR “ativistas” OR “militante” OR “jornalista” OR “ambientalista” OR “líder comunitário” OR “manifestante” OR “manifestantes” OR “polícia” OR “policiais” OR “policial” OR “guarda municipal” OR “guardas municipais” OR “morador” OR “moradores”;
AND	
Conjunto III – Local	“Queimados” OR “Japeri” OR “São João de Meriti” OR “Magé” OR “Nova Iguaçu” OR “Nilópolis” OR “Paracambi” OR “Mesquita” OR “Guapimirim” OR “Belford Roxo” OR “Itaguaí” OR “Seropédica” OR “Duque de Caxias” OR “Angra dos Reis” OR “Paraty” OR “Mangaratiba” OR “Rio de Janeiro” OR “Niterói” OR “São Gonçalo” OR “Itaboraí” OR “Maricá” OR “Tanguá” OR “Rio Bonito” OR “Cachoeiras de Macacu”;

Fonte: Elaboração própria.

Para além dos casos de execuções políticas, mapeamos as seguintes formas de violência política: atentado contra a vida, ameaça, agressão verbal, agressão física, ameaça de morte, prisão arbitrária de manifestante, agressão policial contra manifestantes, repressão policial a manifestação política, ataque a ato político, ataque a espaço político, invasão de aldeia indígena, invasão de espaço político, denúncia caluniosa, depredação de espaço político, depredação de símbolo político, violência institucional, violência institucional com agressão verbal, desaparecimento forçado, disparo de arma do fogo em casa legislativa, espionagem, injúria, intimidação contra mesários e agentes eleitorais, perseguição com automóvel, reintegração de posse contra povo indígena, repressão policial contra coletivo cultural. Com a continuidade do monitoramento de casos para o ano de 2025, é possível que este repertório de violências políticas seja ainda mais ampliado.

Em uma segunda etapa, são realizadas buscas manuais no Google como forma de encontrar informações complementares sobre os casos identificados pela ferramenta automatizada de busca. Os casos potencialmente selecionáveis como eventos de violência política são, então, na terceira etapa, levados para nossas reuniões semanais de equipe no qual são validados ou descartados para inserção em nossa base de dados. Depois dessa

etapa, eles são, finalmente, tabulados em uma planilha que contém as seguintes variáveis: evento, nome da vítima¹, vulgo da vítima, tipo de vítima (se é uma vítima direta, ou seja, o alvo no ataque, ou indireta), idade da vítima, partido político, ocupação, gênero, cor/raça, cargo político que ocupava, Se ocupou cargo político anteriormente, qual?, situação política (qual a atuação política da vítima), relação política da vítima (políticos aos quais a vítima seja aliada), ano da candidatura, cidade de atuação, cidade do fato, região, zona da cidade, bairro do fato, endereço do fato, local do fato, ano do fato, mês do fato, data do fato, dinâmica do fato, tipo de violência política, violência política de estado (sim ou não), violência política com motivação de ódio (sim ou não), meio empregado na agressão, área do fato dominada por grupo armado (sim ou não), grupo armado suspeito de envolvimento, político agressor (sim ou não), número de políticos agressores, policial agressor (sim ou não), número de policiais agressores, link das matérias.

Com esse conjunto de variáveis, temos um retrato dos casos rico em informações sobre os perfis das vítimas, as circunstâncias e tipos de agressão, a espacialidade das ocorrências, os meios de violência empregados, a participação de políticos e policiais nas agressões, a atuação do Estado e das forças policiais nas dinâmicas de violência política e o perfil de atuação política das vítimas.

Para cada caso, por fim, é construído um dossiê de informações sobre a trajetória das vítimas e agressores, suas atuações políticas e as possíveis motivações das agressões. Esse conjunto de informações é a base para a análise qualitativa de nosso estudo, no qual consolidamos a compreensão das aspectos cotidianos da violência na política, as redes de poder que engendram e são atravessadas pela violência e os conteúdos ideológicos e de ódio político que participam desses atos violentos.

3 PRINCIPAIS RESULTADOS

No ciclo atual, que abrange o período de 2022 a junho de 2024, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e na Baía da Ilha Grande, coletamos 189 casos de violência política. O principal meio empregado nas agressões foram as armas de fogo, utilizadas em 27,5% dos casos. Execuções e atentados contra a vida apresentam tendência

¹Para além de indivíduos, consideramos também violências contra coletividades, espaços e símbolos políticos (como monumentos). Nestes casos, as variáveis de perfis individuais não se aplicam.

de elevação de casos a partir de 2023 e no primeiro semestre de 2024, indicando o impacto do ano de eleições municipais. Atentados contra a vida, execuções, ameaças de morte e desaparecimentos forçados somados constituem cerca de 35% dos casos que encontramos. Vinte e quatro atores políticos foram assassinados entre 2022 e junho de 2024, ou seja, ocorreu um assassinato político a cada 38 dias na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Encontramos o mesmo número de casos por dia para os atentados contra a vida. Além disso, foram registradas 16 ameaças de morte no período, o que significa uma ameaça de assassinato político a cada 57 dias.

Identificamos, na análise dos casos que coletamos ao longo dos últimos quatro anos, alguns eixos que estruturam o modo pelo qual a violência atravessa o cotidiano da política em determinados contextos nas regiões estudadas:

i) o acesso aos meios de produção da violência - principalmente, o poder de matar - é determinante nos conflitos entre elites políticas locais, constituem carreiras políticas e constroem mandatos em constante disputa;

ii) as relações locais de poder estabelecem um tripé formado pelo poder de matar, o poder econômico e o poder político;

iii) o poder político é, assim, uma resultante da combinação entre poder econômico e poder de matar;

iv) esses eixos articulam expressões contemporâneas do mandonismo e do clientelismo (Carvalho, 1997; Albarracín, 2017; Trudeau, 2022), tendo como centro dos modos violentos de domínio político dos territórios, o que chamamos de *clientelismo homicida*, ou seja, o estabelecimento de relações de mando e de clientela baseadas no emprego ou na demonstração expiatória do poder de matar (Rodrigues et al., 2018)².

A eliminação violenta de opositores políticos e de quaisquer atores não alinhados aos modos locais de governo (de corpos, terras, águas, relações econômicas, moralidades e outras dimensões da vida cotidiana), é um recurso central de poder político (Ayoub, 2021; Paz, 2023; Albarracín, 2017; Trudeau, 2022). Elites locais que operam através do recurso à violência não possuem apenas vantagens competitivas nos contextos eleitorais. Elas exercem uma forma de soberania local, tornando o Estado e suas instituições um instrumento de seus interesses e poderes arbitrários.

²Alguns autores utilizam a expressão “clientelismo armado” (Gallego 2018; Eaton 2006), mas optamos pelo uso do termo “homicida”, porque acreditamos que o fenômeno não gira em torno apenas da presença armada intimidatória dos grupos armados, mas da necessidade de demonstração do poder de matar como instrumento do poder político.

Duas circunstâncias da presença do poder armado nos contextos políticos locais que são centrais para esses arranjos de poder. Uma é a intensa presença de policiais na política local, inclusive como participantes das disputas violentas pelo poder. O outro é a relação entre grupos criminosos armados, políticos e policiais.

Nos 245³ casos de violência política que reunimos desde o início de nossa pesquisa em 2021, que abrangem o período de janeiro de 2015 e junho de 2024, identificamos 26 policiais que possuíam atuação política e que foram alvos de agressões, 12 policiais identificados como autores de atos de violência contra outros políticos, e 36 casos nos quais agentes de segurança em serviço foram autores de violência política.

O uso arbitrário e ilegal do poder de matar pelo Estado é a principal fonte da formação de grupos de extermínio, milícias e mesmo da perenidade e ampliação do poder de facções do tráfico (Alves, 2003; Medeiros, 2015; Rodrigues e Marinho, 2023). O Estado é um vetor central para a ampliação da disponibilidade do poder de matar a ser contratado e cooptado por elites políticas e econômicas. Policiais com carreiras homicidas se tornam um ativo político, seja como contratados dessas elites, seja buscando eles mesmos construir à bala suas próprias carreiras políticas. Políticos e policiais na política, além disso, em vista da ampliação do alcance atual de ideias autoritárias no bojo da ampliação do poder de forças de extrema-direita, procuram fazer da brutalidade policial o centro de uma agenda ideológica para a segurança pública (Rodrigues et al, 2022). A presença recorrente de policiais na política é, assim, uma dimensão estruturante da violência política nas regiões que estudamos e também se articula com a presença e interferência de grupos civis armados no cotidiano da política (Rodrigues et al, 2022; Trudeau, 2022). As milícias possuem um papel central nesses arranjos, porque elas também lançam seus candidatos ao poder, ou atuam como base de outros chefetes locais (Soares, 2023).

O último ciclo do levantamento, realizado em 2024, registrou 189 casos de violência política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e na Baía da Ilha Grande, entre janeiro de 2022 e junho de 2024. As violências mais frequentes foram as execuções e os atentados contra a vida, conforme mostra a tabela abaixo. Somadas, essas duas formas de agressão representam um quarto do total de casos. Ao considerarmos também

³No primeiro ciclo da pesquisa, em 2021, levantamos apenas casos de execuções políticas na Baixada Fluminense. Nos dois ciclos seguintes, 2022 e 2023, abordamos todas as formas de violência política na Baixada Fluminense e na Baía da Ilha Grande. Já no ciclo de 2024, expandimos nossa pesquisa para toda a região metropolitana do Rio de Janeiro, mantendo a Baía da Ilha Grande, no período de 2022 a junho de 2024. Os 189 casos que analisaremos neste artigo se referem ao escopo do último ciclo.

ARTIGO | Violência Política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e na Baía da Ilha Grande

as ameaças de morte, temos, como já afirmamos, 35% do total de casos que se referem à eliminação à bala de adversários políticos.

Tabela 1 - Distribuição de violências políticas por dinâmica do fato e por ano - Região Metropolitana do RJ e Baía da Ilha Grande - - 2022 a junho de 2024

Dinâmica do fato	2022	2023	2024		
			(primeiro semestre)	Total	%
Atentado Contra a Vida	8	10	6	24	12,7%
Execução	5	13	6	24	12,7%
Ameaça	15	5	2	22	11,6%
Agressão Verbal	8	11	1	20	10,6%
Agressão Física	9	9		18	9,5%
Ameaça de Morte	11	4	1	16	8,5%
Prisão Arbitrária de Manifestantes		11		11	5,8%
Agressão policial contra manifestante	4	2	4	10	5,3%
Repressão Policial a Manifestação Política	1	6	2	9	4,8%
Ataque a ato político	5			5	2,6%
Ataque a Espaço Político	1	3		4	2,1%
Invasão de Aldeia Indígena	1	2		3	1,6%
Invasão de Espaço Político	1	2		3	1,6%
Denúncia Caluniosa	2			2	1,1%
Depredação de espaço político		2		2	1,1%
Depredação de símbolo político	2			2	1,1%
Violência Institucional		2		2	1,1%
Violência Institucional e Agressão Verbal	2			2	1,1%
Ataque a manifestação política		1		1	0,5%
Ataque em caminhada eleitoral	1			1	0,5%
Desaparecimento Forçado	1			1	0,5%
Disparo de arma de fogo em casa legislativa		1		1	0,5%
Espionagem		1		1	0,5%
Injúria	1			1	0,5%
Intimidação contra mesários e agentes eleitorais	1			1	0,5%
Perseguição com automóvel		1		1	0,5%
Reintegração de posse contra povo indígena	1			1	0,5%
Repressão Policial a Coletivo Cultural		1		1	0,5%
Total Geral	80	87	22	189	100%

Fonte: Elaboração própria da pesquisa

Chama a atenção a variedade das formas de agressão que encontramos. No total, levantamos 28 tipos de agressões, desde as mais contundentes como as próprias execuções e atentados contra a vida, passando por atos truculentos cotidianos, como as agressões físicas e verbais, perseguições e intimidações, e pelos modos violentos do Estado, como a repressão policial a manifestações e prisões arbitrárias, até as mais inusitadas como um caso de espionagem e um disparo de arma de fogo em casa legislativa.

Depois das violências contra a vida, as agressões físicas e verbais foram as formas mais frequentes de violência. Agressões, xingamentos, intimidações, ofensas e ameaças são modos cotidianos da política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e na Baía da Ilha Grande. Trata-se de um ambiente político especialmente hostil e violento para mulheres e pessoas transgênero. Um contingente considerável dessas truculências possuem conteúdos misóginos, homofóbicos, transfóbicos e racistas. Um caso emblemático é o de uma vereadora de Niterói, uma mulher negra, travesti e pertencente ao povo de terreiro que figura como vítima de múltiplas e recorrentes formas de agressões verbais, ameaças e violências institucionais, muitas delas praticadas por outros políticos, inclusive, no exercício de suas funções em casas legislativas.

É importante frisar que há um peso considerável dos casos nos quais as polícias e outros órgãos do Estado figuram como agressores. As forças de segurança estão presentes em diversos episódios de repressão a manifestações políticas, todas elas ocorridas em áreas de favelas de periferias do Rio de Janeiro. O uso arbitrário da força por parte das polícias é um fator que alimenta o cotidiano violento da política não apenas quando o Estado as mobiliza em atos de repressão política, mas também no fornecimento de mão-de-obra armada para práticas criminais, haja vista a recorrência histórica do envolvimento de policiais em milícias, grupos de extermínio, jagunçagem ligada a chefetes políticos locais e grupos de matadores de aluguel. Policiais que praticam a brutalidade no exercício oficial de suas funções sob as hostes do Estado constroem as credenciais para que, depois, venham a vender seu poder de matar para interesses econômicos criminais. Dito de modo mais direto: policiais que matam ilegalmente em serviço entregam seus currículos para o crime.

Outro tipo de violência que cabe sublinhar foram as que se dirigiram contra povos indígenas na Baía da Ilha Grande. Invasões de aldeias, ameaças, injúrias raciais e processos de reintegração de posse foram cometidas contra povos indígenas nesta região. Essas violências raramente são enfocadas pelos estudos de violência política em uma região marcada historicamente por conflitos por terra que atingem esses povos e comunidades tradicionais (Feitosa e Silva, 2015).

Esse amplo repertório de agressões com caráter político é um primeiro dado, para além de sua expressividade numérica, que indica o modo pelo qual a vida política nas regiões enfocadas está atravessada por dinâmicas de violência. Desse conjunto de violências políticas, nosso estudo revela, assim, quatro grupos principais: i) o uso do poder de matar como expediente cotidiano da política para eliminação de adversários

ARTIGO | Violência Política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e na Baía da Ilha Grande

políticos; ii) a truculência masculina expressa nas agressões e outras hostilidades que se exercem recorrentemente com conteúdos de ódios políticos; iii) a violência policial; e iv) as violências contra povos indígenas na Baía da Ilha Grande.

A predominância das violências contra a vida e da atuação policial repressiva, definem um quadro no qual as armas de fogo e a força policial foram os meios mais recorrentes empregados nas agressões, como mostra a Tabela 2.

Tabela 2 - Distribuição de violências políticas por meio empregado nas agressões - Região Metropolitana a Baía da Ilha Grande - 2022 a junho de 2024

Meio empregado	N	%
Arma de Fogo	52	27,5%
Força Policial	28	14,8%
Verbal	28	14,8%
Virtual	28	14,8%
Força física	27	14,3%
Arma de Fogo (Policiais)	7	3,7%
Denúncias em Dispositivo Jurídicos, Administrativos e Policiais	4	2,1%
Pedra, pau	4	2,1%
Automóvel	2	1,1%
Artefato explosivo	1	0,5%
Carta	1	0,5%
Depredação	1	0,5%
Invasão	1	0,5%
Presença Forçada	1	0,5%
Rastreador GPS	1	0,5%
Telefone	1	0,5%
Sem informação	2	1,1%
Total Geral	189	100%

Fonte: Elaboração própria da pesquisa

É necessário, nessa sistematização dos principais resultados da pesquisa, dar um enfoque mais detalhado às violências que tiveram motivação de ódio. Em um contexto no qual o avanço da extrema direita no contexto político nacional é um fator central dos nossos horizontes políticos, a vida política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e na Baía da Ilha Grande esteve fortemente marcada por manifestações de ódio. Dos 189 casos que monitoramos, 58 tiveram conteúdo de ódio como motivadores das agressões (ver tabela abaixo).

ARTIGO | Violência Política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e na Baía da Ilha Grande

Tabela 3 - Violências políticas com motivação de ódio - Região Metropolitana e Baía da Ilha Grande - 2022 a junho de 2024

	Houve motivação de ódio nas agressões?	
	N	%
Não	131	69%
Sim	58	31%
Total	189	100%

Fonte: Elaboração própria da pesquisa

Essas 58 violências políticas com conteúdo de ódio podem ser agrupadas em três conjuntos: Raça, Gênero, LGBT+fobia e outras discriminações; Ódios partidários e ideológicos; e Contra povos originários e comunidades tradicionais, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 4 - Violências Políticas com Motivação de Ódio Agrupadas - Região Metropolitana a Baía da Ilha Grande - 2022 a junho de 2024

	N
Raça, Gênero, LGBT+fobia e outras discriminações	33
Ódios partidários e ideológicos	18
Contra povos originários e comunidades tradicionais	7
Total	58

Fonte: Elaboração própria da pesquisa

Mais da metade das violências políticas de ódio expressam conteúdos discriminatórios com marcadores de raça, gênero, LGBT+fobia. Os ódios partidários e ideológicos representam cerca de um terço do total de violências como motivação de ódio. Isso indica que o contexto violento alimentado pelo bolsonarismo e outras expressões de extrema direita tem como alvo prioritário pessoas negras, mulheres e LGBTQIAPN+. Frisamos, ainda, que em nosso entendimento, sete hostilidades e agressões contra povos indígenas também tiveram conteúdo de ódio, com marcadores raciais e identitários. Optamos, entretanto, por identificar esses casos em separado para que eles não fossem subsumidos nos demais casos de ódio racial. Os autores dessas agressões são, em sua totalidade, homens brancos, muitos deles políticos no exercício de suas atividades oficiais. Diversas agressões racistas, misóginas e LGBT+fóbicas ocorreram em plenários de casas legislativas e gabinetes do poder. Esses dados são um indicador expressivo de que, como a bibliografia sobre violência política no Brasil vem assinalando, a política é expressão do poder masculino misógino, racista e LGBT+fóbico, ou seja, do ódio masculino à diferença (Willadino et al, 2024; Lopes, 2024; Barbieri, 2023).

O perfil das vítimas de violência política que mapeamos reforça a predominância masculina no cenário político na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e na Baía da Ilha Grande. Do total de casos registrados, mais da metade das vítimas são homens cis, e 40% são pessoas brancas, com 60% dos casos válidos sendo pessoas acima de 40 anos. Esse perfil médio das vítimas como homens cis, brancos e de meia idade, mais do que indicar uma tendência maior de vitimização de pessoas desse perfil, expressa a feição das elites políticas nas regiões estudadas. A maioria das vítimas, assim, são homens cis, brancos de meia idade porque esse é o perfil predominante daqueles que acessam o poder político não apenas no Rio de Janeiro, mas no Brasil.

No que se refere à atuação política das vítimas, 35% do total de casos foram perpetrados contra pessoas vinculadas a cargos da política municipal, desde vereadores e candidatos e pré-candidatos à vereança, até prefeitos, assessores e secretários municipais. Isso mostra como a política local é fortemente atravessada por dinâmicas de violência e como a constituição do poder político local corresponde frequentemente ao acesso e ao manejo do poder de matar. Outros estudos também indicam o caráter violento da política local, onde as relações de poder são estabelecidas em ampla articulação com os poderes armados que controlam os territórios das cidades (Trudeau, 2022; Albarracín, 2017; Paz, 2023). Trudeau (2022) analisa que esses grupos interferem no processo eleitoral em nível local através de dois mecanismos: a formação de currais eleitorais (*corralling*) e o controle do acesso para a realização de campanhas (*gatekeeping*). Identificamos outro fator não trabalhado pela autora: *as execuções e ameaças de morte para a eliminação de concorrentes políticos*. Os dados que reunimos sobre a Baixada Fluminense e sobre as Zonas Norte e Oeste da Capital mostram que se trata de um mecanismo recorrente de disputa pelo poder no qual estão implicados grupos armados, como milicianos e matadores de aluguel. Bem como no trabalho de Albarracín (2017), nossa pesquisa identifica que a violência é um fator interveniente na vida política nessas regiões, com processos pelos quais grupos armados e forças políticas se articulam. Os casos que analisamos definem dois modos típicos pelos quais elites políticas e forças emergentes utilizam o poder de matar como instrumento de poder político: i) contratação de matadores e jagunços (principalmente policiais e ex-policiais que possuem atuação em milícias e grupo de extermínio) por elites políticas e econômicas locais; e ii) construção de carreiras políticas de matadores, jagunços e milicianos que buscam concorrer a cargos eletivos ou ocupam cargos de confiança.

Na tabela abaixo, estão detalhados todos os perfis políticos das vítimas de violência política que mapeamos.

Tabela 5 - Vítimas ou alvos por atuação/situação política - Região Metropolitana a Baía da Ilha Grande - 2022 a junho de 2024

Atuação política das vítimas ou alvos	(Continua)	
	N	%
Vereador/a	42	22,2%
Manifestante/s	26	13,8%
Deputado/a Estadual	14	7,4%
Vítima indireta sem atuação política	10	5,3%
Manifestação política	8	4,2%
Candidato/a a Deputado/a Federal	6	3,2%
Assessor/a	5	2,6%
Ato pré-campanha	5	2,6%
Candidato/a a Deputado/a Estadual	5	2,6%
Pré-Candidato/a a vereador/a	5	2,6%
Secretário/a Municipal	5	2,6%
Ato político de campanha	4	2,1%
Apoiador/a político	3	1,6%
Deputado/a Federal	3	1,6%
Segurança	3	1,6%
Povos Indígenas	3	1,6%
Ex-Candidato/a a vereador/a	2	1,1%
Ex-Secretário/a municipal	2	1,1%
Líder Comunitário/a	2	1,1%
Liderança Religiosa	2	1,1%
Participante de assembleia estudantil	2	1,1%
Prefeito/a	2	1,1%
Suplente de vereador/a	2	1,1%
Faixa, cartaz ou bandeira política	2	1,1%
Terra Indígena	2	1,1%
Grupo de vereadores	2	1,1%
Cabo eleitoral	2	1,1%
Ativista	1	0,5%
Ex-Candidato/a a Deputado/a federal	1	0,5%
Ex-Prefeito/a	1	0,5%
Ex-vereador/a	1	0,5%
Governador/a	1	0,5%
Liderança indígena	1	0,5%
Mesário/a	1	0,5%
Militante partidário/a	1	0,5%
Pré-Candidato/a a Deputado/a Federal	1	0,5%
Pré-Candidato/a a Governador/a	1	0,5%
Pré-Candidato/a a Prefeito/a	1	0,5%
Procurador/a do município	1	0,5%
Subprefeito/a	1	0,5%
Suplente de Deputado/a Federal	1	0,5%
Diretório de Partido	1	0,5%
Coletivo Cultural Ativista	1	0,5%
Câmara Municipal	1	0,5%

ARTIGO | Violência Política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e na Baía da Ilha Grande

Amigo/a de Deputado Federal	1	0,5%
Monumento antirracista	1	0,5%
Ex-Candidato/a a Deputado/a Estadual	1	0,5%
Total Geral	189	100%

Fonte: Elaboração própria da pesquisa

O segundo perfil mais frequente de vítimas de violência política foram manifestantes políticos, todos eles agredidos em áreas de favelas e periferias. Um caso emblemático da violência policial contra manifestações foi o assassinato de um manifestante que protestava contra uma operação policial violenta no Complexo da Maré e que foi assassinado por um policial, à queima roupa, à luz do dia, às margens da Avenida Brasil. É importante para nosso estudo sublinhar a recorrência de casos de violência policial contra manifestações em espaços de favelas e periferias porque, frequentemente, esses protestos são descredibilizados pelos porta-vozes do poder público e pela imprensa como algo arquitetado por grupos armados. O debate público costuma, assim, ignorar os protestos em favelas como manifestações políticas, retratando-as como mera turba reativa à atuação policial e capitaneada pelos interesses dos grupos armados.

4 CONCLUSÕES

Os dados aqui apresentados expressam a recorrência e a contundência da violência política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e na Baía da Ilha Grande. As articulações entre o poder de matar e os poderes locais são um tema fundamental para a compreensão dos mecanismos que tornam os contextos estudados tão violentos. São também uma via para a compreensão dos modos próprios de constituição dos poderes políticos locais que estão na base dos processos históricos de reprodução de uma sociedade politicamente autoritária, hierárquica e violenta (Chauí, 2017).

Nosso estudo apresenta, assim, elementos para a compreensão da recorrência do componente armado e criminal na política no Rio de Janeiro, bem como das políticas do crime. O crime armado no Rio de Janeiro não se apresenta, assim, como um fenômeno exógeno às dinâmicas do poder político (Lins e Machado, 2023). O contexto que estudamos evoca muito menos os horizontes de arranjos políticos democráticos, pacíficos e igualitários do que uma vida política atravessada pela conflituosidade violenta, onde chefetes, barões e elites políticas locais lançam mão da violência como linguagem política (Leal, 1976; Alves, 2003; Ayoub, 2021). Não é, portanto, uma casualidade que a maioria

dos casos de violência política que monitoramos tenham ocorrido em contextos que envolvem a atuação política vinculada a cargos municipais.

Uma dimensão da centralidade do poder de matar na política é o modo pelo qual a atuação das polícias figura nos casos que monitoramos: a brutalidade policial na repressão a manifestações em favelas e periferias. Trata-se de um tipo de atuação que está em plena continuidade com a extrema violência policial em operações nessas áreas, uma importante fonte que alimenta grupos armados e poderes locais baseados em carreiras políticas construídas à bala. A compreensão da brutalidade policial como uma forma central de violência política no Rio de Janeiro é um elemento analítico e político indispensável para que identifiquemos os mecanismos geradores do crime e da violência. A solidariedade entre o crime e o Estado, a proximidade entre policiais criminosos e políticos locais, entre o poder político e o poder de matar, que explicam a perenidade e o poder do crime e a reprodução de uma vida política e de uma sociedade violentas e desiguais.

Além do poder de matar que opera nas frequentes execuções, atentados e ameaças de morte que registrados, também observamos a truculência empregada em agressões e outras hostilidades cotidianas. Muitas dessas violências possuem conteúdos de ódio, principalmente, um ódio masculino à diferença, o ódio às mulheres, pessoas trans, gays, lésbicas e pessoas negras. Nossa interpretação aponta que o bolsonarismo e o avanço da extrema direita no cenário político nacional colaborou para que estes dispositivos da masculinidade se tornassem ainda mais ostensivos na vida política brasileira.

Nosso estudo também salienta, por fim, a violência política que se exerce sobre grupos que também estiveram no alvo dos horizontes violentos do bolsonarismo e seguem acossados pelas forças políticas amplamente apoiadas por interesses econômicos predatórios: os povos indígenas. Ao considerar em nosso escopo a região da Baía da Ilha Grande, foi possível trazer para o debate sobre violência política no Rio de Janeiro os ataques que os indígenas sofrem em nosso estado. Abordar a luta pela terra desses povos a partir de uma discussão sobre violência política abre uma frente de discussão que, em geral, fica à margem do debate público fluminense.

REFERÊNCIAS

ALBARRACÍN, Juan. Criminalized electoral politics in brazilian urban peripheries. *Crime, Law and Social Change*, v. 69, p. 553–575, 2017.

ALVES, José Cláudio Souza. Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: APPH-CLIO: Sepe, 2003.

AYOUB, Dibe. Terra e desaforo: violência no campo, brigas e éticas de luta nos faxinais do Paraná. *Mana*, v. 27, n. 1, Rio de Janeiro, 2021 Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewik0Kj-2s2LAXXeuZUCHQbRJycQFnoECBcQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.scielo.br%2Fj%2Fmana%2Fa%2FLTNrZxKKxX9CGPBPLYKCRbt%2F&usg=AOvVaw3h1hxku64wwyOGbK0OatSM&opi=89978449> Acesso em: 4 jan. 2025.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*. v. 40, n. 2, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewj6k5iO282LAXUcrZUCHeXTBqUQFnoECBoQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.scielo.br%2Fj%2Fdados%2Fa%2FbTjFzwWgV9cxV8YWnYtMvrz%2F%3Flang%3Dpt&usg=AOvVaw2XykQ0oKeLXtfXSGtV88IS&opi=89978449>. Acesso em: 4 jan. 2025.

CHAUÍ, Marilen, O mito da não violência brasileira. In: (org.) ITOKAZU, E. M.; CHAUI-BERLINCH, L. *Sobre a violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. (Escritos de Marilena Chaui, 5).

EATON, Kent. The downside of decentralization: armed clientelism in Colombia. *Security Studies*. V. 15, n. 4, p. 533–562, California, 2006. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/1jp0454c>. Acesso em: 7 jan. 2025.

FEITOSA, Annagesse; SILVA, Iby Montenegro. Conflitos por terra e repressão no campo na região da Costa Verde, Litoral Sul Fluminense. In:(coord.) MEDEIROS, Leonilde Servolo. *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988): relatório final*. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2015. Disponível em: http://www.nmspp.net.br/arquivos/para_leitura/camponeses_e_ditadura/Conflitos%20por%20Terra%20e%20Repressao%20no%20Campo%20no%20Estado%20do%20Rio%20de%20Janeiro%20-%201946-1988.pdf. Acesso em: 3 jan. 2025.

GALLEGO, Jorge. *A theory of armed clientelism*. Rosario: University of Rosario, 2018. (Serie Documentos de Trabajo, n. 214). Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewijvILn282LAXWCqpUCHUI6KZwQFnoECBUQAQ&url=https%3A%2F%2Frepository.urosario.edu.co%2Fbitstreams%2F02929928-3bae-4795-8158-0ce43008cc21%2Fdownload&usg=AOvVaw3_9yLDN5ESBFewFZQeQspt&opi=89978449 Acesso em: 6 jan. 2025

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901978000100016>. Acesso em: 19 jan. 2025.

LINS, Igor Novaes; MACHADO, Carlos Augusto Mello. O crime é político: elementos teóricos para uma análise neoinstitucionalista das milícias no Rio de Janeiro. *Revista*

Brasileira da Ciência Política, n. 42, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2023.42.271780>. Acesso em: 24 jan. 2025.

LOPES, Twig Santos. Violência política contra as mulheres. Rio de Janeiro: Mórula, 2024.

MANSO, Bruno Paes. A república das milícias: dos esquadrões da morte à era bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2020.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. Transformações nas áreas rurais, disputa por terra e conflitos sociais no Rio de Janeiro (1946-1988). In: (coord.) MEDEIROS, Leonilde Servolo. Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988): relatório final. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. Disponível em: https://www.nmspp.net.br/arquivos/para_leitura/camponeses_e_ditadura/Conflitos%20p or%20Terra%20e%20Repressao%20no%20Campo%20no%20Estado%20do%20Rio% 20de%20Janeiro%20-%201946-1988.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025.

PAZ, Huri. Assassínatos políticos no Rio de Janeiro (1988-2022): Uma análise interseccional. Rio de Janeiro: UFF, 2023. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact =8&ved=2ahUKewjsuPu-3M2LaxU9qpUCHZJBN6gQFnoECBQQAQ&url=https%3A%2F%2Fpreprints.scielo.org%2Findex.php%2Fscielo%2Fpreprint%2Fview%2F6857&usg=AOvVawIWI9wRIz oEVEDjCnBpr_QC&opi=89978449. Acesso em: 4 jan. 2025.

RODRIGUES, André et al. Homicídios na Baixada Fluminense: estado, mercado, criminalidade e poder. Comunicações ISER, Rio de Janeiro, n. 71, ano 37, 2018. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact =8&ved=2ahUKewjR2sLM3M2LaxX6lZUCHeOWOXYQFnoECBgQAQ&url=https %3A%2F%2Fwww.iser.org.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2020%2F07%2FComunicacoes_ISER_n71.pdf&usg=AOvVaw 0I8BknfywYQ1Xud0LSBQ6U&opi=89978449. Acesso em: 15 jan. 2025.

RODRIGUES, André et al. Violência e política na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2021. Anual. Disponível em: https://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Pesquisa_Violencia_Politica_Baixada_ebook.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

RODRIGUES, André et al. Violência e política na Baixada Fluminense e na Baía da Ilha Grande. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2022. Anual. Disponível em: https://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2022/09/pesquisa_violencia_politica_baixada_ilha_grande.pdf. Acesso em: 3 jan. 2025.

RODRIGUES, André; MARINHO, Leandro. Violência policial como plataforma ideológica no Rio de Janeiro. In: Fogo cruzado: relatório anual: região metropolitana do rio de janeiro 2022. Rio de Janeiro: Fogo Cruzado, 2023. Anual. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact>

[=8&ved=2ahUKEwia3syn3c2LAXVcqpUCHRKsONUQFnoECBMQAAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.academia.edu%2F96062832%2F_FOGO_CRUZADO_RIO_DE_JANEIRO_RELAT%25C3%2593RIO_ANUAL&usg=AOvVaw1icNH2e-tEnPBoH6zD0wnq&opi=89978449](https://www.academia.edu/296062832/FOGO_CRUZADO_RIO_DE_JANEIRO_RELAT%25C3%2593RIO_ANUAL&usg=AOvVaw1icNH2e-tEnPBoH6zD0wnq&opi=89978449) Acesso em: 20 jan. 2025.

RODRIGUES, André et al. Violência política na Baixada Fluminense e na Baía da Ilha Grande: as polícias e o poder político. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2023. Anual. Disponível em: https://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2023/10/ViolenciaPolitica_2023.pdf. Acesso em: 19 jan. 2025.

RODRIGUES, André et al. Violência política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e na Baía da Ilha Grande. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2024. Anual. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjB-fzQ3c2LAXUblJUCHRuOErgQFnoECBMQAAQ&url=https%3A%2F%2Fbr.boell.org%2Fsites%2Fdefault%2Ffiles%2F2024-10%2Fpesquisa_violenciapolitica_of_2024.pdf&usg=AOvVaw3pSJg1akmvTOgaj1Cx-UJc&opi=89978449 Acesso em: 5 jan. 2025.

SOARES, Rafael. Milicianos: como agentes formados para combater o crime passaram a matar a serviço dele. São Paulo: Objetiva, 2023.

TRUDEAU, Jesse. How Criminal Governance Undermines Elections. APSA, 2022. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwid6tfm3c2LAXWnr5UCHTTsCK0QFnoECBMQAAQ&url=https%3A%2F%2Fpreprints.apsanet.org%2Fengage%2Fapsa%2Farticle-details%2F637cfedbebc1c791d9ce8672&usg=AOvVaw3aupRjEBy36foSetvRd1tw&opi=89978449> Acesso em: 18 fev. 2025

WILLADINO, Raquel; GOMES, Thais; MARINHO, Leandro; OCAVIANO, Daniel; OLIVEIRA, Paloma. Mulheres, ativismo e violência: a luta por direito nas favelas e periferias do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2024. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi5vrX63c2LAXUCppUCHQRkHokQFnoECBYQAAQ&url=https%3A%2F%2Fobservatoriodefavelas.org.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2024%2F04%2FMulheresAtivismoViolencia_EBOOK_pesquisa.pdf&usg=AOvVaw0kjJc3u0XMIltRpo2dMW93&opi=89978449 Acesso em: 18 fev. 2025.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.